

HISTÓRIA DE UMA REGRA NÃO ESCRITA: A HOMOSSEXUALIDADE NO MOVIMENTO PSICANALÍTICO

Lucas Charafeddine Bulamah

Contato com o autor: bulamah@gmail.com

Orientador: Daniel Kupermann

Programa de pós-graduação: Psicologia Clínica

Nível do trabalho: Mestrado

Introdução: Desde a década de 70, após a emergência dos movimentos de visibilidade de minorias sexuais e da irrupção da fala gay no cenário social, tem-se atentado para denúncias de proscrição de candidatos homossexuais à formação em psicanálise oferecida por institutos filiados à *International Psychoanalytic Association* (IPA), em paralelo ao posicionamento de psicanalistas contra câmbios jurídicos que propunham a regulamentação de parcerias homoafetivas e a qualificação de expedientes teóricos e práticos da disciplina como homofóbicos e dogmáticos. Porém, são escassos os trabalhos que oferecem uma investigação ampla e aprofundada sobre a questão da exclusão e silenciamento de candidatos homossexuais nas instituições psicanalíticas e as funções de tais práticas.

Objetivo: O objetivo da presente pesquisa é o de colocar em evidência, por meio de uma exploração histórica, a restrição do ingresso de candidatos homossexuais à formação em psicanálise oferecida pela IPA e seus institutos afiliados.. Analisamos, como fator possivelmente responsável por tal restrição, a institucionalização e massificação do movimento psicanalítico e a padronização do treinamento, principalmente os dispositivos aliados à emergência da figura do “candidato normal” e do candidato homossexual como um decalque ao avesso desta figura histórica. **Método:** O material para a construção da narrativa histórica foi obtido de arquivos de boletins da IPA e de suas principais associações filiadas, além de artigos publicados em suas revistas de maior importância e outros meios que continham denúncias sobre a regra. Organizou-se, com o avanço da pesquisa, uma investigação em três tempos: narrativa histórica acerca da explicitação e “derrubada” do protocolo tácito de exclusão, a teoria psicanalítica que o informava e os mecanismos institucionais que se consagraram sob a forma da IPA e seus dispositivos de poder, seleção de candidatos e hierarquias. Restringiu-se, para fins práticos, a pesquisa à ocorrência da exclusão de candidatos homossexuais masculinos e também à teoria psicanalítica da homossexualidade masculina e a situação dos candidatos homossexuais na corrente legitimista representada pela IPA. **Resultados Parciais e Discussão:** Muito embora a IPA e suas associações filiadas tenham-se pronunciado muito pouco – excetuando-se o ramo norte-americano – sobre a proscrição de candidatos homossexuais, observamos que ela ocorria de maneira a desestimular a candidatura de tais pessoas, rejeitar o treinamento àqueles que falavam

abertamente sobre suas práticas homossexuais durante a seleção e silenciar aqueles que passavam pelas barricadas da análise didática e que posteriormente identificar-se-iam como homossexuais. A estes últimos coube a tomada da palavra, a partir principalmente de 1997, para explicitarem tanto a proscricção de candidatos homossexuais quanto aos abusos cometidos pela psicanálise institucional e a discursividade homofóbica da teoria psicanalítica, culminando num debate candente que, em 2002, resultou uma política de não discriminação explícita por parte da IPA. **Considerações Parciais:** Confirmando nossa hipótese inicial, em meio às denúncias, a estrutura de poder dos institutos de formação psicanalítica, juntamente à sua massificação e câmbio de um saber crítico da sociedade para uma discursividade *mainstream* e normativa não deixou de ser problematizada, juntamente à historicização de conceitos psicanalíticos elevados ao posto de uma *doxa* que pretendia-se uma pura *epistême* científica de consequências éticas desastrosas.

Palavras-chave: psicanálise; homossexualidade; homofobia

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)